



ENTREVISTA

**Prof^a. Dr^a. Violeta R. Núñez
Rodríguez**
Universidade Autónoma do México

POR UMA ACADEMIA MILITANTE, CRÍTICA E FEMINISTAⁱ

Violeta R. Núñez Rodríguez, Graduada em Economia pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM); mestre e doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Autónoma Metropolitana (UAM); professora-pesquisadora do Departamento de Produção Econômica e do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UAM-Xochimilco.

Por Débora Assumpção e Lima
Universidade de Campinas

Débora: *Como começou seu interesse pelos movimentos sociais? Porque seguir um caminho profissional acadêmico e militante?*

Violeta: É uma longa história. Começa lá na infância, primeiro o interesse pelos movimentos sociais e depois pela pesquisa. Quando era pequena, no ensino fundamental, acompanhei o movimento dos professores a nível nacional, uma grande força da Coordenação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), e quando criança, minha mãe era professora e estava na coordenação. Ela era ativista, e claro que como ativista, era muito ativa no movimento de professores – lutava por aumento salarial, melhores condições de trabalho, pois os professores estavam em condições precárias, era pior dos que as condições atuais, que continuam ruins para os professores da CNTE; era necessário lutar por melhores condições de trabalho. Os professores pediam uma base salarial mínima, melhores condições de trabalho – era uma quantidade significativa de elementos que foram se agravando a partir de 1982, e que anos depois vimos os efeitos da redução de investimentos públicos na educação, na qual os professores foram um dos mais afetados.

Havia um forte debate entre a Secretaria de Educação Pública (SEP) e o Sindicato da Secretaria de Educação Pública, a líder sindical Esther Gordillo, hoje presa, contra a Coordenação de Trabalhadores da Educação (CNTE). Vivi em casa um ambiente fortemente sindical. Vi as manifestações no Zócalo, na Cidade do México, marchei com eles, muitas vezes eram milhões, era uma coisa impressionante. Ao

longo destes acontecimentos, fizeram um “juízo político” e expulsaram minha mãe da Secretaria de Educação Pública.

Um pouco mais adiante, ainda jovem, vivi com meus irmãos, que estavam na Universidade Autônoma do México (UNAM), o movimento social que existiu na universidade nos anos 1980’s, o Conselho Estudantil Universitário (CEU). Eu ainda estava no ensino fundamental quando eles estavam participando ativamente do CEU.

Eu e meu pai levávamos comida para meus irmãos que estavam na greve, dormiam nas ocupações da universidadeⁱⁱ, onde a greve se estendeu por muitos dias. Estava junto com meus irmãos universitários nas grandes manifestações no Zócalo novamente. Tudo isso me marcou e foi me chamando a atenção, muitas vezes não muito consciente de todo que acontecia, mas sempre acompanhando os processos de ativismo dos meus irmãos e da minha mãe.

Meu pai foi membro do Partido Comunista Mexicano, também se formou na UNAM. Esteve um tempo na Polônia socialista estudando Planejamento e Desenvolvimento, pensando que o socialismo era o futuro e a alternativa ao capital. Foi um grande crítico e militante. Assim, todo esse discurso dos movimentos sociais, da participação ativa, eu fui aprendendo desde a infância – uma infância diferente, sabe? – Que te marca por completo.

E logo veio 1988, onde ocorre uma grande fraude eleitoral que também me marcou. Essa data representa um divisor de águas aqui no México. Meus pais participavam fortemente da Frente Democrática Nacional (FDN), que se cria depois da convergência de um setor do Partido Revolucionário Institucional (PRI), com Cauhtémoc Cárdenas, Porfirio Muñoz Ledo, ex-membros do Partido Comunista Mexicano, entre outros. É importante dizer que a emergência da Frente Democrática Nacional, e mais adiante a formação do Partido da Revolução Democrática, não se explica sem o terremoto de 1985ⁱⁱⁱ. Um terremoto que vivencio muito pequena, mas que todos vivenciam uma ausência brutal do Governo Mexicano, no qual a sociedade que toma em suas mãos o resgate da devastada Cidade do México.

Meu pai foi professor da universidade por vários anos. Primeiro da Faculdade de Economia da UNAM e depois, desde 1978 até que faleceu na UAM. Ele deixa de lecionar no dia 14 de dezembro e morre dia 23 de dezembro. Também na infância estive nas reuniões da UAM e nas lutas do sindicato da universidade (SITUAM), sendo uma experiência de luta bem rica. Inclusive minha mãe fez sua tese sobre a luta sindical da UAM, quando estava na pós-graduação em Ciências Políticas da UNAM.

Meu grande ideal de vida era viver ou estudar em algum lugar do Bloco Socialista ou ir para Cuba. Em toda minha infância fui preparada para isso, para ir além desta vida capitalista.

Em 1989, com a queda do muro de Berlim, para mim literalmente o mundo caiu, o futuro caiu. Me lembro que fiquei em casa deprimida por muito tempo, porque não compreendia o que havia acontecido, me perguntava: o que vamos fazer? Morreu a esperança, a vida, uma possível alternativa a essa vida desigual e inequitativa do capitalismo. Bem, eu via as coisas assim nesse momento.

Depois ingressei na escola técnica da UNAM. E nessa universidade vivi momentos, não tão intensos como os de 1986 e 1987. Mas participei das mobilizações que se organizam a partir de uma nova tentativa de privatização da UNAM, ao subirem os pagamentos de matrícula.

Continuo seguindo como ativista, mas um ativismo em declínio devido ao contexto da queda do Bloco Socialista. Não se podia falar em nada de socialismo, nem de marxismo, era como um tabu. Mas também já não se falava nada de lutas de classe, nem de transformação. Havia uma grande ressaca, aparentemente, tudo era aparente.

Tudo era triste. Mas um amigo muito querido, sempre me dizia, espera, algo irá acontecer. Quando entrei na Faculdade de Economia, durante os primeiros dias aconteceu o levantamento zapatista. Eu entrei na geração de 1994. Esse ano mudou minha vida, pois aparentemente já não havia alternativas, já não havia opções de um novo paradigma ao capital, as organizações civis se debilitaram, viveram um refluxo depois das fraudes eleitorais de 1985^{iv}. Mas com o movimento indígena camponês dos zapatistas de 1994, iniciou-se um florescimento impressionante da emergência de um movimento indígena e camponês, como o zapatista.

Claro que eu era muito curiosa, estava na UNAM. Queria saber o que estava acontecendo, mais do que isso, queria ver. Em fevereiro de 1994 já estava em Chiapas, nos cinturões de paz com os zapatistas e nunca mais saí. Desde então, tratei de explicar o que havia sucedido e de me solidarizar com o que estava vendo e vivendo, abracei a experiência zapatista totalmente.

De maneira particular, fui me conectando com a zona tojolabal, e na Faculdade de Economia e com os zapatistas começamos a realizar pesquisas, no intuito de responder por quê os zapatistas haviam se levantado com armas, quais eram suas motivações. Os motivos sempre apontavam para “a terra”. Diziam, nosso centro, nossa luta é a terra. E bem, por isso somos zapatistas, não somos um exército que tinha pensado em outro nome possível. É por Emiliano Zapata que lutamos e reivindicamos, e não nos fizeram justiça com a revolução. E, todavia, é o que queremos. Assim, dediquei-me durante os 5 anos que estive na Faculdade de Economia da UNAM a estudar sobre a terra em Chiapas. Primeiro a nível nacional, e depois sobre a terra em Chiapas de modo a entender as transformações que haviam ocorrido. Claro que foi uma pincelada, já que ainda não conseguia entender muito bem. Fomos armando a história agrária da nação e como havia vivido Chiapas neste momento, neste processo. E o que vimos foi que lá não havia ocorrido uma

revolução, e sim uma contra-revolução, e que por causa dessa contra-revolução não se levou a cabo o processo de reforma agrária como em outras partes da república. Além disso, os fazendeiros tinham grande poder com as autoridades governamentais e impediram qualquer processo agrário lá. E isso atrasou em muitos anos os processos de reforma agrária em Chiapas.

Depois, no mestrado na Universidade Autônoma Metropolitana, campus Xochimilco (UAM-X), me propus a compreender o caso particular de Chiapas e a zona tojolabal, e em particular uma comunidade desse povo maya. Interessou-me muito e a eles também estudar a luta pela terra que eles organizaram durante 60 anos. Uma luta que termina com o “levantamento armado”, bom, na verdade não termina, porque ainda existem conflitos de terra. O que os zapatistas fazem é finalmente tomar a terra. Sempre houve luta, porque haviam “entregado a terra” a eles, mas a mesma terra foi entregue a várias comunidades. É por isso que em 1994 eles fazem justiça por eles mesmos com o levantamento armado.

Essas são as razões por que me interessei pelos movimentos sociais: pela minha infância, pela adolescência e mais a frente por causa do levantamento armado. Seguramente a história deste país seria outra sem o levantamento armado, estaríamos vivendo outra história, e a nossa história, daqueles que estavam interessados em transformações sociais.

Débora: *A história da questão agrária no México e no Brasil são diferentes: no Brasil não houve uma reforma agrária, temos uma estrutura agrária extremamente concentrada, mas as formas de acumulação por despossessão são muito similares nos dois países. Porque foi possível fazer um movimento revolucionário camponês no México, que características particulares há no México que possibilitaram um movimento forte neste período neoliberal que vivemos – desde 1990's até hoje e quais foram as conquistas e conflitos que existiram e existem na zona zapatista que você acompanhou?*

Violeta: Primeiro que essa luta pela terra que segue, esta defesa do território data da época pré-hispânica. A forma de organização, a forma de como se relacionam com a terra, esta cosmovisão que não se perde com os 300 anos de colonização. É uma cosmovisão que perdura no mundo camponês e indígena e que mantém homens e mulheres defendendo seus territórios. Pode soar romântico, mas a terra para muitas comunidades é como uma mãe, um ser da qual eles dependem. Mas não somente a terra, se não a natureza em seu conjunto. Ou seja, eles vivem nessa racionalidade ambiental realmente. Eles são parte da natureza e a natureza é parte.

Ou seja, eles vivem numa racionalidade ambiental de fato. Eles são parte da natureza, e a natureza é parte deles e não se pode dividir. Essa luta vem desta racionalidade, desta cosmovisão distinta da racionalidade instrumental capitalista, que vê a terra como mercadoria – assim como vemos nas primeiras lições de

Economia, os fatores produtivos: terra, trabalho e capital. A Terra é um fator produtivo, e dela extraímos as matérias primas para os produtos.

E fui conhecendo essa outra forma de ver a terra de a conceber, relacionada a uma cosmovisão, a uma cosmovivência com os tojolabales. Começa-se a ver de forma distinta, se entende melhor por quê a luta é tão forte. Eles afirmam: aqui morremos! Da terra nós dependemos e com ela vamos sobreviver, sem ela não. E a terra também nos necessita. Há uma relação de igualdade entre eles, entre a terra, o território.

O movimento zapatista é muito diverso e se passaram muitos anos de luta. Mais de 20 de anos de levantamento. Os jovens que participaram agora são velhos. E a estes 20 anos, ainda precisamos somar os outros anos de preparação. Acredito que os impactos e os resultados são diversos [alarme de teste sísmico apita], dependendo do momento. O que é muito positivo é o processo de autonomia que começaram a viver. Eles dizem que sempre foram marginais a vida política, nunca foi dado nada a eles, nem o que lhes pertenciam, mesmo sendo parte desta nação. Foi dado migalhadas a eles. Por isso subverteram a lógica do indigenismo, de aculturação que sofriam.

Alguns dos conflitos que vivemos hoje em Chiapas, que são muito sérios, são produto do reparto agrário parcial que fizeram lá. O governo repartia as terras a várias comunidades para que se confrontassem entre si. Por exemplo, na comunidade em que estive, entregaram uma mesma porção de terra a quatro comunidades, gerando um conflito profundo entre elas.

É por isso que eles decidiram construir seu próprio rumo, a autonomia. A respeito disso, parece-me muito positivo os avanços na educação, uma construção a partir da realidade deles. Na saúde, antes muitos morriam, de maneira cotidiana, e eles tomaram com as próprias mãos o sistema de saúde. Ainda existem problemas nos tratamentos zapatistas, mas, como tudo que se edifica entre eles, há uma espécie de autocuidado comunitário. Outro elemento de grande importância são os processos organizativos em cooperativas, a emergência da “mulher”. Entretanto, digo emergência das mulheres entre aspas, porque continuam havendo problemas de desigualdade entre os homens e as mulheres, ainda que antes da emergência estavam muito subordinadas.

Além disso, essa formação de cooperação e cooperativas das mulheres que vão surgindo nas comunidades vem gerando uma grande transformação. Antes as mulheres não podiam participar das assembleias e hoje ocupam cargos comunitários ou podem organizar um coletivo de pão e outros produtos que elas fazem, e juntamente a isso são parte dos Bancos Autônomos.

Há duas coisas que gostaria de ressaltar, porque me chama muito a atenção: uma é a presença, o controle que eles têm tido sobre o avanço do narcotráfico lá, e outro

são os avanços na segurança alimentar, no intuito de que todas as comunidades se alimentem.

Contudo, está presente a questão de que são um exército e muitas pessoas de fora criticam que eles são impedidos de votar por algum candidato ou criticam a estrutura zapatista. Pois eles têm vivido estes anos, que não são 20, são mais e continuam querendo seguir este caminho. Há conquistas positivas neste sentido, que caminham com suas contradições, mas se tem avançado.

É claro que tudo isso é muito difícil, pois estamos em um regime de acumulação capitalista e eles não escapam. Não podemos falar, ou criticá-los por este prisma, já que em toda a América estamos sofrendo para lutar contra esse sistema. Não conseguimos ainda acabar com a pobreza.

Débora: *Existe muita gente, por exemplo, que afirma que a questão de gênero não foi uma reivindicação das próprias mulheres zapatistas, não orgânico, mas que foi uma imposição desde cima, das autoridades, a necessidade de pensar a questão das mulheres a partir de uma perspectiva dos homens. O Conselho Nacional Indígena (CNI) é majoritariamente constituído de homens e há muitos líderes machistas no movimento. Apesar das mulheres hoje participarem das assembleias, o poder de fala ainda é dos homens. No Brasil, há um forte crescimento dos movimentos indígenas, das mulheres negras, e do movimento LGBTI. Como você vê o movimento feminista e o movimento LGBTI no México e/ou em Chiapas?*

Violeta: Eu vivi uma experiência diferente. Muita gente que vai para as experiências zapatistas vai aos Caracóis, aos “centros”, e eu afortunadamente foi parar em uma comunidade em um município Autônomo, em particular na cidade do município autônomo de Vicente Guerrero, e lá o papel das mulheres era impressionante. Não posso dizer que era uma posição imposta. Eu vivi na casa da esposa de um dos diáconos e ela era uma mulher com uma liderança e uma influência impressionante. Conquistaram muitas coisas, tiveram um cargo comunitário, coisa que era impossível. Criaram uma cooperativa de pão, e aí começaram a ter recursos, com isso começaram a fazer empréstimos, claro, sem as taxas de juros gananciosas.

No entanto, você tem razão. México é um país sumariamente machista e o território zapatista não escapa dessa estrutura machista ao extremo e patriarcal. Mas tenho visto avanços a partir do micro, ou seja, a partir das comunidades. Não quero generalizar, mas houveram avanços. E também coisas complicadas, por exemplo, os casamentos arranjados, nos quais as mulheres não queriam casar-se. Mas há que tentar entender o que vivem e o que viveram, em um contexto mais abrangente.

Antes da cota que aprovaram na Câmara de Deputados neste país, os homens representavam 90% ou mais da política. Nunca tivemos uma presidenta mulher,

como vocês no Brasil [e olha o que aconteceu]. A pobreza é uma questão inerente ao sistema de acumulação, o machismo edificado pelo sistema também, e os zapatistas não escapam disso, apesar de terem conseguido interessantes avanços.

Débora: *Isso de alguma forma está relacionado a candidatura de Marichuy^{vi}, mesmo que não consiga alcançar as assinaturas para candidatar-se de maneira independente, ou que não ganhe as eleições, move algo.*

Violeta: A mensagem é clara. Uma mulher, que pode ser vista como a parte mais débil ou a parte mais forte. São as mulheres que tem encabeçado muitas lutas frente aos avanços das mineradoras, sobre o avanço da privatização da água. Em geral, as mulheres estão presentes para defender seu território. Durante a revolução zapatista, há fotos históricas que ganharam prêmios internacionais. Foram as mulheres que estavam na linha de frente para frear o avanço dos militares em 1994. Uma foto impressionante de uma mulher pequena defendendo-se de um militar. É muito simbólico.

Outra vez, imersas na estrutura patriarcal, mas ativas e se defendendo. E não me refiro a Lei Revolucionária das Mulheres^{vii}, porque talvez muitas mulheres nem tinham ciência no princípio. No entanto, houveram muitas mudanças, entre elas a chegada da comandante Esther na Câmara de Deputados como representante dos povos indígenas^{viii}.



Las mujeres de X'oyep, fotografia de Pedro Valtierra.

Débora: *Como foi o processo de inserir-se nas comunidades zapatistas para sua pesquisa? Como foi ser mulher na academia do México? Você já sofreu preconceito na sua caminhada acadêmica?*

Violeta: A permanência nas comunidades e no mundo rural está mais complicada agora pela situação do narcotráfico, e a violência derivada da “guerra” de combate as drogas, na qual tem sido cada vez mais dura nos últimos anos. O que acontecesse agora não podemos comparar – antes podíamos ir e vir sem problemas, a qualquer hora – andar livremente. Antes o problema era o exército e a repressão política, agora é o narcotráfico. Um de nossos companheiros da UNAM foi sequestrado. Houve repressão, mas é mínimo se comparamos ao que acontece agora. Antes enfrentávamos um determinado poder, agora qualquer um pode te matar.

Sempre há conflitos nas pesquisas. O que vejo é que há muitas pessoas com medo de ir a campo. Não se pode mover com tanta liberdade como antes, e há um certo temor de que algo possa te ocorrer. Há zonas que foram abandonadas completamente. Em Guerrero, existem territórios que ninguém pode entrar por causa do narcotráfico, e não se pode realizar nenhum tipo de pesquisa.

Sobre minha estadia em Chiapas, vivi com tensão, mas também com uma grande paixão e esperança de que havia alternativas. O movimento camponês, indígena e zapatista de alguma maneira reagrupou a esquerda, era uma alternativa.

Agora já não faço tantos trabalhos de campo. Depois que tive filhos ficou mais difícil. Por exemplo, em uma saída para o Equador, de uma semana, foi notório que quando voltei ao México, meu filho mais novo deixou de falar comigo por um tempo. Em outra saída a Bolívia a um evento de um Grupo de Trabalho (GT) do CLASCO, quando voltei trouxe um suéter para ele, que me disse que nunca iria usá-lo porque tinha sentido saudades de mim, e assim foi. Quando vou a Chiapas ou Guerrero, sempre ficam tristes. As pessoas me dizem que tenho que acostamá-los, mas ainda são muito pequenos e não compreendem o tempo, sentem como se você os tivesse abandonado.

Desta forma, tentei sair algumas vezes, mas depois vi que não era o melhor para eles. Então agora estou me concentrando mais aqui [na Cidade do México] enquanto eles crescem um pouco.

Uma vez acompanhei como professora uma viagem de campo com os alunos da pós-graduação a um destino internacional, e como não tinha ninguém para deixá-los aqui no México os levei, e lá eles ficaram doentes, um deles ficou tão doente que não podia andar.

Essas coisas não são consideradas nas pesquisas. No entanto, pouco a pouco as coisas vão mudando. Por exemplo, o Sistema Nacional de Pesquisadores (SIN), considera que se você se torna mãe (nascimento de um filho), pode solicitar uma ampliação de prazo.

Algumas instituições já reconhecem a especificidade da mulher na academia.

Débora: *Para você, o que há de diferente na pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UAM Xochimilco que o faz destacar-se entre outros cursos no Brasil, no México ou na América Latina?*

Violeta: Interessava-me mais pensar nos atores, nos sujeitos, e na UNAM o pensamento econômico se debruçava mais sobre o objeto, por exemplo, em como fazemos para crescer o Produto Interno Bruto (PIN), com fazemos para reativar a economia – o crescimento como um grande deus, suprindo o conceito de desenvolvimento.

Claro que existem outras correntes, mas a maioria da economia dominante mexicana estava preocupada com essas questões de crescimento. Eu não estava de acordo com este caminho, e desde meu processo de formação na UNAM comecei a buscar outras alternativas – havia um professor próximo, um ator importante no movimento camponês e que conhecia a pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UAM e me falou do professor Luciano Concheiro. Havia lido alguns textos dele, mas foi muito interessante porque escutei uma entrevista de Concheiro no rádio, e deste então tive o desejo de algum dia trabalhar com ele.

Assim, segui refletindo na UNAM em como mudar o sistema a partir do mundo rural ou das comunidades, a partir do local. Apesar disso, como aluno da UNAM você fica numa posição passiva do conhecimento, apesar de ser na UNAM, onde havia possibilidade de diálogo. É por isso que a UAM, e em particular a pós-graduação em Desenvolvimento Rural, se apresentava como uma verdadeira alternativa, já que as outras pós-graduação em temáticas rurais seguem tendo um caráter mais técnico, dando pouca importância ao sujeito.

Quando conheci o sistema modular^{ix} da UAM-Xochimilco, encantei-me. Assim, quando vivi a experiência como estudante, percebi que gostaria de ser professora aqui. Interessei-me muito pela forma como os estudantes, conjuntamente com os professores, vão construindo o conhecimento, não a partir de uma educação bancária, mas sim com um tipo de educação coletiva, uma comunidade de conhecimento. O sistema modular, em particular, na pós-graduação, permite uma maior mobilidade dos alunos, que permaneçam nas comunidades e sigam estudando, construindo a partir da realidade local o conhecimento. Permite coletivizar os processos da universidade, retornar e fazer um trabalho de base a partir da base.

Nossa vivência aqui na universidade, e de alguns professores que seguem com vínculo com o mundo rural, nos permite nos desconectar da pesquisa acadêmica e da docência, e assim introduzir o que está passando com o mundo real, mantendo

um diálogo permanente com os movimentos e com os trabalhos de base. Creio que isso é fundamental.

Ao aceitar estudantes participam desses movimentos e processos organizativos sociais do México e da América Latina e que estabelecem vínculos com as organizações camponesas é que se faz possível a construção de outro tipo de academia. A célula de transformação é o trabalho de base. Não são todos os professores que seguem com essa preocupação de fato, se fossem todos seriam melhor.

Débora: *Houve uma mudança “de quem” estamos combatendo agora. Se antes, nos anos 1990’s combatíamos o Estado, agora existem muitos combates – com a financeirização há uma pulverização dos “inimigos”, que são mais abstratos. As empresas estão conectadas com diversos fundos, envolvidas com o Estado, e também com a política... Como seguir pensando em uma forma de luta que possa frear ou combates esses processos de acumulação e despossessão?*

Violeta: A luta continua sendo contra o capital. E é uma luta de longa data. Mas, agora de maneira específica se recria uma luta pela vida com o avanço de extração de matérias primas sobre o território, que já se havia vivido na época colonial, mas que se intensifica neste momento da história do capital.

Creio que o que você aponta é muito interessante. Quem construiu o que possibilitou que as mineradoras pudessem instalar-se e explorar os minerais aqui, que se realizasse uma modificação legislativa, que criou uma lei de mineração que possibilita que estas empresas nacionais e transnacionais hoje se expandam em todo o território nacional, foi o Estado.

O Estado e o capital são cúmplices, e o mesmo ocorre com o petróleo. Na reforma petroleira, o Estado foi o responsável. O Executivo fez uma proposta de mudanças na lei, aceita pelo Legislativo, no qual possibilita que a renda do petróleo fosse privatizada. O petróleo havia sido um dos elementos fundamentais sustentar essa nação economicamente, manter toda essa nação inclusive em sua face social. A privatização foi feita pouco a pouco desde o governo de Salinas^x, até tornar-se um setor privatizado.

Somos o maior explorador de prata do mundo, segundo maior produtor mundial de bismuto e fluorita, terceiro de wollastonita, quinto de cobre, sexto produtor de zinco, oitavo de ouro e gesso.

Salinas modifica também o artigo 27 da Constituição e suas leis regulamentárias^{xi}, que permitiram a privatização da terra, da água e dos minerais. Ainda que se diga que os recursos minerais são da nação, se fala das concessões^{xii}. Além disso, no caso particular da mineração, essa atividade foi declarada como de utilidade pública.

Não importa se a terra é *ejidal* ou *comunal*, a lei aponta que os recursos minerais são da nação, mas de utilidade pública. É dizer, que esse será o uso preferencial sobre qualquer outro. Se minerais são encontrados em qualquer terreno este poderá ser extraído por direito, e qualquer um pode ter acesso a estes recursos minerais.

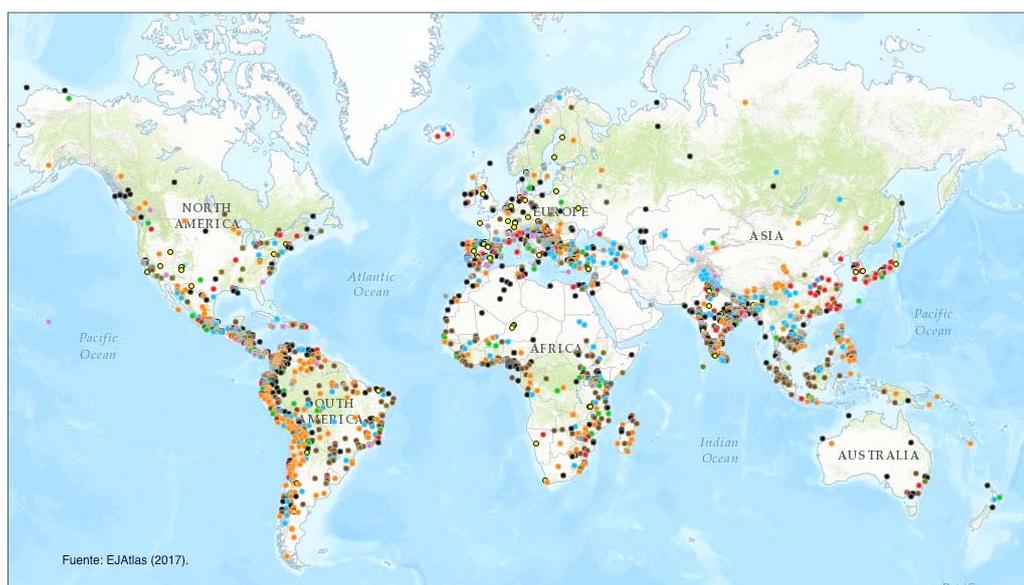
Os primeiros que têm direito são os que detêm a posse da terra, que estão ali. Entretanto, a quantidade para se ter direitos de exploração é impressionante. Outra vez entra a questão da racionalidade e da lógica distinta. A Lei fixa uma quantidade de recursos, um capital mínimo^{xiii} que se deve ter para explorar os recursos, é necessário declarar-se não devedor e tecnicamente viável para a exploração dos recursos, que se pode pagar e explorar tal mineral, independente da quantidade ou concentração encontrada. Somente uma transnacional ou grandes empresários podem acessar as concessões. Além disso, pedem uma quantidade enorme de requisitos – mais que para a candidatura de Marichuy.

Débora: *Pensando no caso das mineradoras no México, existe alguma organização que colabora e cria redes entre as comunidades afetadas pela mineração, há uma luta multiescalar, em âmbito federal e local?*

Violeta: Existe a Rede Mexicana de Afetados pela Mineração (REMA), o Movimento Mesoamericano contra o Modelo extrativo Mineiro, a Assembleia Nacional de Afetados Ambientais, entre outros. Apesar de existir uma rede mexicana contra a mineração e o movimento latino-americano contra as mineradoras, creio que esse movimento ainda está desarticulado. Conquistamos uma conexão para fazer denúncias e algumas resistências, mas existem todo um processo de desarticulação das experiências que viveram anteriormente, já que o capital vai aprendendo a desativar a luta, para essas lutas não impeçam seus interesses econômicos. Porque para eles só interessa sacar o minério e pronto. E se alguém se opõe, há várias formas de deter, como fizeram em Chiapas, que mataram Marino Abarca, ou em Oaxaca, com o caso de Bernardo Vasquez. Se há oposição, matamos, este é o lema. Ou prendem os defensores das florestas, ou intimidam de diferentes maneiras. E agora está tudo mais complicado, porque o narcotráfico está envolvido. Por exemplo, a denúncia que o La Jornada^{xiv} fez, de como uma parte importante do cobre que é exportado para a China é controlada pelos narcotraficantes, de acordo com esse jornal. Quando li essa notícia fiquei impressionada. Na internet é possível ver vídeos de quanto os narcotraficantes cobram das mineradoras para permitir a circulação do cobre. Há um vídeo em particular que mostra um grupo do narcotráfico, dando a entender que como o Estado não cumpre o seu papel, eles terão que fazê-lo. E é por isso que indicam que cobram uma quantidade específica para as empresas nacionais e outro valor para as transnacionais. E acredito que o narcotráfico e suas dinâmicas vão continuar crescendo.

Muitas denúncias já foram feitas sobre esta conversão do México em um narcoestado. Por todos os lados se escuta a penetração destes grupos em diversas estruturas de poder.

Como fazer um processo de resistência assim? Pois se vai abandonando a terra, porque se você não vai embora te matam. Em outros casos te colocam para trabalhar nas minas, ou em outros casos começam a trabalhar para os narcotraficantes. No entanto, há resistência. Afortunadamente, acredito que um exemplo que vemos claramente é este mapa das lutas ambientais a nível mundial, que registra mais de 2000 pontos de resistências e confrontos, por petróleo, água ou minerais. A metade dos conflitos, aproximadamente 1000, são por causa da mineração e uma parte importante das lutas está na parte sul do mapa. E cada um destes pontos representa uma resistência contra o capital.



Atlas de Justiça Ambiental. Disponível em: <https://ejatlas.org/>

Há diversos casos de conquistas e resistências no México: em Zautla, Puebla, que conseguiram impedir as atividades de uma mineradora chinesa, apesar de ainda deterem a concessão de extração; os huicholes, que mantiveram Wirikuta, localizada na Sierra Madre Occidental entre os estados de Jalisco, Nayarit, Durango y Zacatecas frente ao avanço das mineradoras depois de uma campanha a nível internacional; o movimento que parou as mineradoras na Costa montaña de Guerrero.

Há esperança, muitas esperanças. Estamos em um momento de mudanças, e o cenário não está nada simples, mas seguimos caminhando.

ⁱ Essa entrevista foi realizada no campus da UAM-X em dezembro de 2017. Todas as notas são de responsabilidade da entrevistadora. O intuito das notas é esclarecer algumas referências sobre pessoas, lugares e sobre o contexto político e econômico mexicano.

ⁱⁱ Foi um movimento que acabou com a inércia estudantil, consequência das repressões de 1968 e 1971. Foi o primeiro movimento a não ser reprimido e que conseguiu sentar para um diálogo público com representantes da reitoria, freando a reforma proposta pelo reitor e conseguiu a aprovação do Congresso Universitário como um mecanismo de transformação interna de forma consensual. O movimento do CEU é visto como um movimento estudantil exitoso, apesar dos excessos de poder e desvios que ocorreram nos 13 anos em que tiveram hegemonia na representação estudantil, e pelas relações de seus dirigentes estabelecidas com o Partido da Revolução Democrática (PRD) e os incipientes governos de esquerda (informações disponíveis em: <http://www.fundacionunam.org.mx/rostros/ceu-movimiento-que-freno-una-reforma-y-formo-a-lideres-politicos>). Para mais informações sobre o movimento estudantil de 1988 e o Conselho Estudantil Universitário, acessar <http://www.ceu.unam.mx> e o texto de Arturo Acuña: “Cronología del Movimiento estudiantil de 1986-1987. Cuadernos Políticos”, número 49/50. México, D.F., enero-junio de 1987, pp. 86-96.

ⁱⁱⁱ O terremoto de 1985 foi um dos maiores eventos sísmicos registrados na história da Cidade do México, alcançando uma magnitude de 8.1 na escala Richter. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), foram cerca de 35 mil mortos, mais de 40 mil feridos, cerca de 30 mil casas destruídas, aproximadamente 70 mil instalações comerciais com danos e mais de 400 edifícios caídos. No entanto, no meio da tragédia, os impactados foram atrás de seus direitos. As costureiras se organizaram sindicalmente e a mobilização social foi evidente. Em 1985, a Lei Federal de Organizações Políticas e Processos Eleitorais (LOPPE) começa a permitir a participação de outros partidos, nove no total, incluindo o Partido Revolucionário Institucional (PRI). A complexidade dos processos eleitorais havia aumentado, dado ao crescimento da população e pelas transformações sociais dos votantes. O país passou, por exemplo, de um partido hegemônico a uma diversidade de partidos; de uma presidência quase onipotente a um executivo organizado, de uma Suprema Corte de Justiça de escassa relevância a uma que atuou como um verdadeiro árbitro. Há uma crise de representatividade política juntamente a um crescimento do emprego informal de 20% entre 1983 e o ano do abalo sísmico; se registrou uma queda drástica do setor produtivo e diminuiu o poder aquisitivo da população. Frente a estes problemas, ainda neste mesmo sexênio (o mandato dos governos no México é de 6 anos) começam processos de privatização das empresas estatais e de abertura econômica. Para mais detalhes sobre o contexto político, ver Woldenberg, José, *Historia mínima de la transición democrática en México*, México. El Colegio de México, 2012. Sobre o terremoto, ver Poniatowska, Elena. *Nada, nadie. Las voces del temblor*. Ed. Era, México, 1988.

^{iv} Ver o texto de Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano, “6 de julio de 1988: el fraude ordenado por Miguel de la Madrid”, publicado no jornal La Jornada em 2004. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2004/04/02/022a1pol.php?fly=1>

^v Sobre a importância do conceito e do símbolo do caracol existem inúmeros materiais. Indicamos: “La autonomía como eje de la resistencia zapatista. Del levantamiento armado al nacimiento de los Caracoles” (2004), de Raul Ornelas publicado pelo Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLASCO). Disponível em: <http://biblioteca.clasco.edu.ar/clasco/gt/20101018124258/8ornelas.pdf> e o texto dos

próprios zapatistas: “Chiapas: la treceava estela. Primera parte: um caracol”. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-primera-parte-un-caracol/>

vi A candidatura independente do (CNI) começa com os pronunciamentos no Caracol Oventic, Chiapas, dia 1º de janeiro de 2017. Neste ano, María de Jesús Patricio, conhecida como Marichuy, é escolhida como representante desta candidatura coletiva, independente e indígena. No México, diferentemente do sistema eleitoral brasileiro que necessariamente o candidato ou candidata necessita filiar-se a um partido, é possível construir uma candidatura independente. Para isso, o candidato ou candidata necessita reconhecer 800 mil assinaturas de eleitores por todo o território nacional num período de 3 meses antes do período eleitoral (o que aqui não discutiremos se as condições materiais que dificultam uma candidatura popular e ética). No momento que realizamos a entrevista, dezembro de 2017, ainda tínhamos esperanças na candidatura apoiada pelo CNI e pelo EZLN. Agora, já em 2018, sabemos que a candidatura de Marichuy não coletou as assinaturas necessárias. Sobre a candidatura, ver os comunicados zapatistas: “Llegó la hora del florecimiento de los pueblos”: un paso más, disponible en <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2017/08/07/llego-la-hora-del-florecimiento-de-los-pueblos-un-paso-mas/>, “la Propuesta de un consejo indígena de gobierno y su vocera candidata mujer indígena 2018”, el documento del CNI. Disponible em: http://comparte.digital/database/Gorki_Cuauhtemoc_Buentello_Pastrana/Propuesta%20CNI%204.pdf.

vii A declaração da Lei Revolucionaria de Mulheres, está disponível em <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-revolucionaria-de-mujeres/>. Sugerimos também a leitura do artigo de Sylvia Marcos, “Actualidad y Cotidianidad: La Ley Revolucionaria de Mujeres del EZLN”. Disponível em: https://www.vientosur.info/IMG/pdf/la_ley_revolucionaria_de_mujeresdecideci.pdf

viii Ver o discurso da Comandanta Esther na tribuna do Congresso da União. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/28/discurso-de-la-comandanta-esther-en-la-tribuna-del-congreso-de-la-union/>

ix O sistema modular do programa, que se assemelham a metodologia da pedagogia da alternância, constitui em uma semana de classes concentrada uma vez por mês, permitindo que os alunos e alunas das diversas partes do México possam conciliar seus cotidianos, tarefas nas comunidades e sujeitos de estudo. As aulas concentradas, ou seja, o tempo “escola”, é formado por diversos espaços de aprendizagem: conferências, trabalhos em grupo, espaço estudantil, seminários de pesquisa, revisão das teses, plenária.

x Sobre as privatizações realizadas no governo Salinas (1988 – 1994) ver o livro de Elvira Concheiro Borquez: “El gran acuerdo: gobierno y empresarios en la modernización salinista. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas: Ediciones Era, 1996.”

xi Ver o artículo de Violeta Núñez Rodríguez, Adriana Gómez Bonilla y Luciano Concheiro Bórquez: “La tierra en Chiapas en el marco de los “20 años de la rebelión zapatista”: La historia, la transformación, la permanencia”, Argumentos, vol. 26, núm. 73, septiembre-diciembre, 2013, pp. 37-54. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, Distrito Federal, México. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59531060003>

^{xii} Existem cerca de 43 mil 675 concessões mineras no México, o que representa uma superfície territorial de 95 milhões, 765 mil 800 hectares. Desta área, mais de dois milhões de hectares estão localizados nos territórios onde vivem 42 povos indígenas no México e já estão sendo exploradas por mineradoras – Paipái (Baja California) 68 mil, 66 mil ha concessionadas; Kikapoo (Chihuahua y Coahuila): 7 mil, 4.5 mil ha concessionadas; Mixtecos (Oaxaca). 92 mil ha concessionadas; Rarámuri, zapotecos, chatinos, coras y tepehuanes. 1 milhão de hectares (Dados organizados por Violeta Nuñez Rodríguez y Luciano Concheiro em 2016).

^{xiii} Ver os artigos 31, 33 y 34 da Regulação da Lei de Mineração Mexicana. Disponível em http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/regley/Reg_LMin_311014.pdf.

^{xiv} Ver em La Jornada, “Controlan Caballeros templarios exportación de mineral de hierro”. Disponível em <http://www.jornada.unam.mx/2014/01/03/politica/005n1pol>